



***COMPANHIA PORTUGUESA DE AMIDOS, S.A.,
SOCIEDADE ABERTA***

RELATÓRIO DA GESTÃO, BALANÇO E CONTAS

EXERCÍCIO DE 2003

***Sede: Estrada Nacional 10, 2695-718 S. João da Talha
Capital Social: 5.000.000,00 Euros
Pessoa Colectiva n.º 500 076 138
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Loures sob o n.º 42
www.copam.pt***

RELATÓRIO DA GESTÃO

Senhores Accionistas:

De acordo com as disposições legais em vigor, vem o Conselho de Administração submeter à aprovação da Assembleia Geral o Relatório da Gestão, bem como o Balanço e Contas do Exercício de 2003.

1 – CONJUNTURA ECONÓMICA GLOBAL

1.1 A actividade económica deverá registar, em 2003, um crescimento negativo, para o que concorrem diversos factores condicionantes tanto internos como externos. A nível interno, destaca-se o aprofundamento do processo de ajustamento da economia portuguesa com a correcção de alguns de desequilíbrios macro-económicos, em particular, a diminuição das necessidades de financiamento do sector privado face ao exterior. A diminuição das necessidades de financiamento externo traduz, por sua vez, o ajustamento da procura interna privada na sequência dos elevados níveis de endividamento das famílias e das empresas alcançados no passado recente. Por outro lado, a situação de défice excessivo obriga a restringir o funcionamento dos estabilizadores automáticos da política orçamental, não permitindo que esta contribua para minorar o impacte sobre a actividade do ajustamento dos diversos sectores da economia.

Após a contracção da actividade económica em 2003, em que o PIB terá decrescido entre $-0,75\%$ a $-1,5\%$, em 2004 deverá registar um crescimento no intervalo de 0% a $1,5\%$. A recuperação da economia portuguesa deverá ser impulsionada pelo comportamento das exportações, prevendo-se ainda uma variação ligeiramente negativa da procura interna em 2004. À medida que o estímulo externo se for transmitindo à procura interna, nomeadamente ao investimento, a expansão da actividade económica tornar-se-á mais firme. Para 2005, espera-se um contributo já claramente positivo da procura interna para o crescimento do PIB, projectando-se este último no intervalo de $0,75\%$ a $2,75\%$.

Os actuais níveis de endividamento das empresas e dos particulares colocam restrições à expansão do investimento e do consumo privados. Adicionalmente, a necessidade inadiável de consolidação orçamental e o declínio progressivo das transferências da União Europeia traduzem-se, na hipótese de uma contracção da componente pública na procura interna, cuja concretização também tenderá a condicionar, no curto prazo, o crescimento do produto. Ao contrário do que se estima ter ocorrido em 2003, a procura interna privada, embora crescendo moderadamente, deverá registar um crescimento superior ao da procura total, tanto em 2004 como em 2005.

As exportações deverão ser a componente mais dinâmica da procura global. Esta previsão reflecte, no essencial, uma aceleração da procura externa dirigida à economia portuguesa, de acordo com as hipóteses do Eurosistema para a economia mundial e com a previsão de recuperação da economia da área do euro.

Espera-se também algum ganho de quota nos mercados externos em 2004 e 2005, tornado possível por uma melhoria das condições competitivas da economia portuguesa em resultado de uma moderação dos custos salariais, dado não ser sustentável que continue a ser conseguido, como em 2002 e 2003, à custa de um aperto das margens de lucro das empresas exportadoras.

Relativamente à inflação projecta-se uma taxa de variação média anual do IHPC (Índice Harmonizado de Preços no Consumidor) de 3,3% em 2003, mas que diminua, em 2004, para um intervalo entre 2% e 3%, e de 1,5% a 3% em 2005.

Relativamente ao mercado de trabalho, a redução da actividade económica originou uma redução do nível de emprego de 1% e um agravamento da taxa de desemprego em relação ao ano anterior.

O esforço de consolidação das finanças públicas, complementado por um conjunto de receitas extraordinárias, permitirá conter o défice público abaixo dos 3% do PIB. A necessidade de recorrer a receitas extraordinárias resulta não apenas da evolução desfavorável das receitas, decorrente da conjuntura económica, mas, sobretudo, do nível estruturalmente muito elevado da despesa pública, em resultado do seu grande crescimento na segunda metade da década de 90.

- 1.2 Ao nível amideiro, são de realçar as prioridades da AAC (Associação dos Amideiros de Cereais da União Europeia), para 2003 e para 2004: “Trade and Competitiveness” e “Food and Consumer Policy”.

Comércio e Competitividade (“Trade and Competitiveness”)

A Reforma do Regime do Açúcar terá um impacte significativo na indústria amideira. As hipóteses em discussão são a manutenção da situação actual (“status quo”), a liberalização total ou as reduções de preços. A COPAM, conjuntamente com as outras empresas amideiras, segue atentamente a evolução das discussões ao nível europeu.

A evolução das restituições (a Exportação e à Produção) não têm seguido a evolução dos preços das matérias-primas. De facto, os recentes preços de milho não são compensados pelas actuais restituições, o que enfraquece a indústria amideira europeia face à concorrência mundial.

A COPAM acompanha a evolução das negociações da OMC (WTO) – Organização Mundial do Comércio, os acordos comerciais bilaterais entre a UE (União Europeia) e Países Terceiros e, naturalmente, o alargamento da UE, a 1 de Maio de 2004, aos dez novos países.

Política Alimentar e do Consumidor (“Food and Consumer Policy”)

A COPAM acompanha a evolução da legislação europeia sobre a política alimentar.

2 - A EVOLUÇÃO DA EMPRESA E ANÁLISE DO EXERCÍCIO

- 2.1 O mercado amideiro cresceu em Portugal, em 2003, de acordo com os últimos dados conhecidos da AAC, cerca de 5%: as vendas de produtos principais produzidos pela COPAM cresceu 7% e os produtos da concorrência cerca de 4%. Os maiores crescimentos de mercado ocorreram no sector do papel e dos refrigerantes. Consequentemente, verificou-se um ligeiro acréscimo da quota de mercado da COPAM.
- 2.2 As Vendas Totais e as Prestações de Serviços foram cerca de 28,5 milhões de euros, o que representou um decréscimo de 1% face ao ano anterior. As vendas de Produtos Principais da COPAM, no Mercado Interno, cresceram 7%, mas as Exportações, quer intracomunitárias quer para outros mercados, decresceram 50% face ao ano anterior e representaram apenas 5% dos Produtos Principais. Por outro lado, acrescenta-se que se verificou uma redução de 7% no valor de vendas de mercadorias mas apenas um decréscimo de 0,5% relativamente a vendas de produtos e subprodutos da COPAM.
- 2.3 O aumento do custo do milho, única matéria prima utilizada pela COPAM, foi de 3% durante este ano. Contudo, este acréscimo não reflecte a tendência actual do preço. De facto, devido à seca e à consequente escassez do milho, os preços subiram significativamente. Em Dezembro os preços já se encontravam a um nível 25% superior aos de 2002, tendência que se agravará até à próxima colheita de 2004. Estas subidas estão a ser parcialmente repercutidas nos preços de venda, o que se torna difícil, devido também à conjuntura económica muito desfavorável do país.
- 2.4 O ano foi caracterizado por dois factores primordiais: por um lado, pela reestruturação muito importante ocorrida em vários sectores da empresa (as rescisões por mútuo acordo ou por reformas antecipadas, de 13 colaboradores, no valor global de 318 mil euros) e por outro, por um controlo efectivo dos custos, nomeadamente nos produtos químicos e materiais consumidos e nos fornecimentos e serviços externos, registando-se um decréscimo marginal dos custos de produção. Os acréscimos de custos verificados (por exemplo na área ambiental ou em provisões de cobrança duvidosa) derivaram de variações exógenas à empresa, e, reflectem, também, as dificuldades que alguns dos nossos clientes estão a enfrentar, como por exemplo, falências e atrasos sistemáticos nos pagamentos.
- 2.5 Tomou-se conhecimento de nova redução das quotas de produção de isoglucose para a campanha 2003/2004, de 155 toneladas (base seca), de acordo com o Regulamento da Comissão Europeia n.º 1739/2003.
- 2.6 A COPAM, à semelhança de anos transactos, contactou activamente com os organismos oficiais e as associações de agricultores no sentido de obter maiores quantitativos de milho verde, cuja relação qualidade/preço é muito positiva. A quantidade obtida, quer de verde quer de seco, atingiu os 45% do total consumido. Continuou-se com a preocupação da obtenção de matéria prima “Non-GM”, o que encarece o preço do milho.



- 2.7 A quantidade de milho moído decresceu 6% face a 2002 mas o rendimento global da fábrica foi superior ao obtido no ano transacto.
- 2.8 Realizaram-se, com sucesso, as auditorias de acompanhamento da certificação, obtida em 29/08/2001, do Sistema de Segurança Alimentar, segundo a Norma DS 3027 E e da Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade segundo a Norma ISO 9001:2000. A COPAM estava certificada desde 29/07/1999 segundo a ISO 9002:1994. Recorde-se que o âmbito de ambas as certificações é a produção e comercialização de xaropes de glucose, isoglucose e dextrose monohidratada. A validade destas certificações é de 3 anos, sendo efectuada anualmente uma auditoria de acompanhamento, e necessária a renovação ao fim dos 3 anos.
- 2.9 Verificou-se em 2003 um decréscimo da taxa de absentismo, devido essencialmente à diminuição dos acidentes de trabalho.
- 2.10 Foi processado no final do ano o Prémio de Higiene e Segurança no Trabalho, relativo a 2003, no valor de 12.500 Euros. Foi aprovado para 2004 a manutenção deste prémio, de igual montante.
- 2.11 No âmbito da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho destaca-se o lançamento da nova documentação, nomeadamente o Manual, Procedimentos e Regras, seguindo as orientações da OHSAS 18001 traduzida para a norma NP 4397.
- 2.12 Tomou-se conhecimento de que, em consequência do despacho definitivo n.º 520 – MF de 20/3/2002, do Ministro das Finanças, em que declarou a caducidade dos incentivos fiscais relativo ao projecto de investimentos (SIII – Dextrose), de 1981 (!), que não atingiu o limiar mínimo previsto, a COPAM teve de pagar uma dívida aduaneira no montante de 44.401,04 Euros (custo extraordinário).
- 2.13 O Regulamento (CE) n.º 1606/2002 introduz o requisito de o mais tardar a partir de 2005 (com mapas comparativos a 2004), as empresas da União Europeia cujos valores mobiliários estejam cotados num mercado regulamentado passem a elaborar os seus mapas financeiros de acordo com as IAS (Normas Internacionais de Contabilidade). Assim, a COPAM já adjudicou à Sociedade de Revisores “António Grenha, Bryant Jorge e Moura Tavares” o estudo e apoio para implementação das IAS. Foram já identificados os principais aspectos a analisar, nomeadamente imobilizado, provisões, acréscimos e diferimentos, contudo, ainda não estamos em condições de quantificar, com um grau de fiabilidade suficiente, os impactos da transição para as normas internacionais de contabilidade.
- 2.14 Os Investimentos da COPAM ascenderam a 321 mil euros. Destaca-se a substituição dos dois servidores informáticos (UNIX e NT) instalados desde finais de 1997 e vários investimentos na Moagem e nos Silos de Milho.
- 2.15 O número de colaboradores foi de 124 em 31 de Dezembro de 2003, quando era de 138 no final do ano transacto.



- 2.16 A COPAM não tem passivo bancário e a função financeira (diferença entre proveitos e custos financeiros) foi positiva.
- 2.17 Os rácios económico-financeiros reflectem a boa situação económica da empresa, nomeadamente na Rendibilidade dos Capitais Próprios (40% contra 41% em 2002) e do Activo (32% contra 33% em 2002). Os rácios de Autonomia Financeira (0,80) e Liquidez (3,62) mantiveram-se muito favoráveis. Houve uma evolução favorável no tempo médio de pagamento mas um efeito desfavorável no tempo médio de cobranças e de existências.
- 2.18 Os Resultados Líquidos, Antes e Depois de Impostos, foram inferiores aos verificados em 2002: 5.962.225,92 euros e 3.892.969,62 euros, o que significa um decréscimo de 340 mil euros, menos 5%, e de 225 mil euros, menos 5%, respectivamente. O Cash Flow Bruto (Resultados Antes de Impostos + Amortizações + Provisões) decresceu somente 2,7%, atingindo um valor de 6.837.183 euros.
- 2.19 A Administração propõe que seja lavrado um voto de louvor ao Conselho Fiscal pela forma competente como acompanhou a gestão da empresa durante o exercício, bem como pela colaboração prestada ao longo do mesmo, e também que este voto de louvor seja extensivo aos colaboradores que em equipa muito contribuíram para fazer face ao grande embate concorrencial que enfrentamos.
- 2.20 De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais podem ser objecto de revisão por parte da Administração Fiscal durante quatro anos. Assim, as declarações fiscais da sociedade poderão vir a ser revistas.
- 2.21 A empresa não tem quaisquer dívidas à Segurança Social.

3 – GOVERNO DAS SOCIEDADES COTADAS

Tendo em consideração o novo Regulamento da CMVM n.º 11/2003, que veio aditar o Regulamento n.º 7/2001, sobre o Governo das Sociedades Cotadas, informa-se o seguinte:

CAPÍTULO I - DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

1 -COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS DA SOCIEDADE

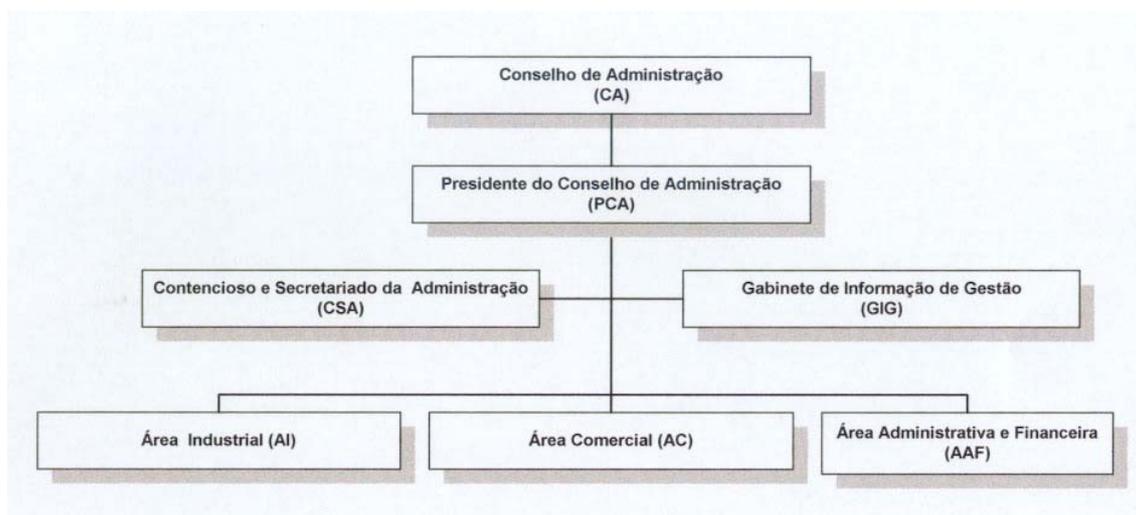
Os corpos sociais da COPAM, SA, são:

Assembleia Geral – composta por todos os accionistas com direito de voto, a quem compete deliberar sobre alterações estatutárias, proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade, deliberar sobre o relatório de gestão e contas do exercício, proceder à eleição dos corpos sociais de sua competência e, de uma forma geral, deliberar sobre todos os termos que lhe forem submetidos pelo Conselho de Administração.

Conselho de Administração – composto actualmente por 5 membros, a quem compete praticar todos os actos de gestão na concretização de operações inerentes ao seu objecto social, tendo por fim o interesse da Sociedade, accionistas e trabalhadores.

Conselho Fiscal – composto actualmente por 3 membros efectivos e 2 suplentes, a quem compete a fiscalização da administração, a verificação da regularidade das contas da Sociedade, registos contabilísticos e documentos de suporte e verificar a observância da lei e do contrato da Sociedade.

ORGANIGRAMA FUNCIONAL





2 – COMISSÕES ESPECÍFICAS

Existem na Sociedade algumas Comissões Específicas que tratam de assuntos próprios, nomeadamente:

- Comissão de Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho;
- Comissão de Amidos e Co-Produtos;
- Comissão de Açúcares;

Os membros de cada comissão são colaboradores das várias áreas funcionais da empresa.

3 – SISTEMA DE CONTROLO DE RISCOS

A Área Administrativa e Financeira e o Gabinete de Informação de Gestão têm como missão conjunta a redução dos riscos de funcionamento da organização, avaliando e revendo os sistemas de controlo interno, como por exemplo dos plafonds de crédito concedidos aos clientes, visando a optimização dos recursos e a análise das actividades desenvolvidas, de modo a obter-se um nível de segurança razoável de que os objectivos serão atingidos.

4 - COMPORTAMENTO BOLSISTA DAS ACCÇÕES

O movimento bolsista das acções da COPAM em 2003 foi muito reduzido: registou-se a transacção de apenas 160 acções ao preço médio de 27,33 euros. A cotação inicial foi de 27,54 euros e a final de 26,90 euros.

O movimento bolsista das acções da COPAM em 2002 resultou na transacção de 365 acções ao preço médio de 27,89 euros.

ANO	ACCÇÕES TRANSACCIONADAS	PREÇO MÉDIO
2000	37.936	27,15 Euros
2001	760	27,61 Euros
2002	365	27,89 Euros
2003	160	27,33 Euros

5 - POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Como política de distribuição de dividendos tem sido adoptado o critério de distribuir, pelo menos, 50% dos Resultados Líquidos obtidos.

Foram distribuídos os seguintes dividendos:

- No exercício de 1999 foram distribuídos 4.090.143 euros
(3,37 € de valor líquido por acção);

Data de aprovação das contas referentes ao exercício de 1999: 29/02/2000
Data do pagamento efectivo dos dividendos: 30/03/2000

- No exercício de 2000 foram distribuídos 3.990.383 euros
(2,99 € de valor líquido por acção);

Data de aprovação das contas referentes ao exercício de 2000: 20/02/2001
Data do pagamento efectivo dos dividendos: 22/03/2001

- No exercício de 2001 foram distribuídos 4.189.902 euros
(3,35 € de valor líquido por acção - Residentes).
(2,93 € de valor líquido por acção – Não Residentes).

Data de aprovação das contas referentes ao exercício de 2001: 26/02/2002
Data do pagamento efectivo dos dividendos: 27/03/2002

- No exercício de 2002 foram distribuídos 4.200.000 euros
(3,36 € de valor líquido por acção - Residentes).
(2,94 € de valor líquido por acção – Não Residentes).

Data de aprovação das contas referentes ao exercício de 2002: 25/02/2003
Data do pagamento efectivo dos dividendos: 26/03/2003

- No exercício de 2003 prevêem-se distribuir 4.000.000 euros
(3,40 € de valor líquido por acção - Residentes).
(2,55 € de valor líquido por acção – Não Residentes).

(vide ponto 5. deste Relatório)

Data de aprovação das contas referentes ao exercício de 2003: 02/03/2004
Data do pagamento efectivo dos dividendos: 31/03/2004



6 - PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE ACCÕES E DE OPÇÕES SOBRE ACCÕES DA SOCIEDADE

Não existem quaisquer planos de atribuição de acções e/ou opções de aquisição de acções aos órgãos sociais e colaboradores da empresa.

7 – NEGÓCIOS E OPERAÇÕES REALIZADOS ENTRE A SOCIEDADE E OS TITULARES DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

Não se registaram quaisquer negócios e operações entre a sociedade e os titulares dos órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades em relação de domínio ou de grupo.

8 - GABINETE DE APOIO AO INVESTIDOR

A empresa criou um Gabinete de Apoio ao Investidor cujas funções são, em geral, a disponibilização de informação que se julga relevante para os investidores e o contacto directo com esses mesmos investidores e com os meios de comunicação.

O responsável deste gabinete é simultaneamente o Representante para as Relações com o Mercado, Luís Miguel Rosa Alberto, que acumula as funções de Responsável do Gabinete de Informação de Gestão e de Secretário da Sociedade:

Luís Miguel Rosa Alberto
Estrada Nacional 10
2695-718 - S. João da Talha

Telefone (Geral): 21 994 75 00

Telefone (Directos): 21 994 75 23

21 994 75 42

E-mail: luis.alberto@copam.pt

UTILIZAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS NA DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA

O sítio (site) da COPAM entrará em funcionamento em Janeiro de 2004 em

www.copam.pt

E-mail da empresa: copam@copam.pt

9 – COMISSÃO DE VENCIMENTOS

Foi eleita na Assembleia Geral do dia 25 de Fevereiro a seguinte Comissão de Vencimentos para o exercício de 2003:

- . Victor Manuel Carmona e Costa
- . Álvaro Carmona e Costa Portela
- . Francisco Maria Félix da Costa Seabra

A Comissão de Vencimentos não auferirá qualquer remuneração.

10 – CONSELHO FISCAL E AUDITORIA

Foi eleito na Assembleia Geral do dia 25 de Fevereiro de 2003 o seguinte Conselho Fiscal para o exercício de 2003:

- | | |
|--|------------|
| . Luís Fernando Cardoso Nandin de Carvalho | Presidente |
| . Manuel Baptista Neves | Vogal |
| . António Grenha, Bryant Jorge & Moura Tavares, SROC
representada por António Maria da Rocha Grenha | Vogal |
| . Gomes Marques e Carlos Alexandre, SROC
representada por Vicente Pereira Gomes Marques | Suplente |
| . Eduardo Barradas da Câmara e Sousa | Suplente |

Foram pagos honorários ao auditor “António Grenha, Bryant Jorge & Moura Tavares, SROC”, ao abrigo da alínea a, do n.º 10, do Capítulo I do Anexo do Regulamento 11/2003 da CMVM - serviços de revisão legal de contas, no montante de 14.150,52 euros. O auditor presta um outro serviço, de garantia de fiabilidade (alínea b, do n.º 10, do Capítulo I do Anexo do Regulamento 11/2003 da CMVM), serviço com o objectivo de assegurar a fiabilidade na implementação das IAS (Normas Internacionais de Contabilidade), tendo-se pago durante este exercício de 2003 o montante de 3.475,00 euros.

Serviços de revisão legal de contas:	14.150,52 euros (80%)
Outros serviços de garantia de fiabilidade:	3.475,00 euros (20%)
TOTAL:	17.625,52 euros (100%)

Honorários dos outros membros do Conselho Fiscal (exceptuando o Auditor):

TOTAL: 7.785,00 euros

CAPÍTULO II - EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO E REPRESENTAÇÃO DE ACCIONISTAS

A Assembleia Geral regularmente constituída representa a totalidade dos accionistas. As Assembleias Gerais serão convocadas pelo modo prescrito na lei e nela podem tomar parte todos os accionistas que comprovem ser titulares de 100 acções depositadas num Banco ou nos cofres da sociedade até cinco dias antes da data da Assembleia Geral. A cada 100 acções corresponde um voto. Os titulares de obrigações não gozam do direito de assistir à Assembleia Geral.

Os accionistas podem fazer-se representar nas reuniões da Assembleia Geral, bastando para isso uma simples carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral assinada pelo outorgante. Esses documentos devem ser enviados ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral até, pelo menos, dois dias antes da data marcada na convocatória.

O voto pode ser exercido por correspondência. Os accionistas interessados em exercer o direito de voto por correspondência devem dirigir uma carta ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, endereçada para a sede da Sociedade, acima indicada, contendo um subscrito fechado por cada ponto da ordem de trabalhos sobre que pretendem votar, mencionando cada subscrito tratar-se de um voto por correspondência, a reunião da Assembleia Geral e o ponto da ordem de trabalhos a que se refere; dentro de cada subscrito deve cada accionista declarar o seu sentido de voto, nomeadamente tomando posição relativamente a quaisquer propostas antecipadamente apresentadas à Assembleia Geral; cada declaração de voto deve ser assinada, devendo a assinatura ser reconhecida ou objecto dos procedimentos legalmente tidos como equivalentes.

A consideração dos votos por correspondência fica dependente de os accionistas que recorram a tal possibilidade fazerem prova da sua qualidade de accionistas, nos termos gerais. Só serão considerados os votos recebidos na sede social até cinco dias úteis antes da data designada para a Assembleia. Caberá ao Secretário da Sociedade organizar a votação por correspondência, e, em especial:

- Abrir os votos;
- Verificar a qualidade de accionista e o número de votos do votante;
- Verificar a autenticidade dos votos;
- Assegurar a confidencialidade dos votos até ao momento do início da votação do ponto da ordem de trabalhos a que respeitam.

Em primeira convocação a Assembleia está regularmente constituída se estiverem presentes ou representados accionistas que representem, pelo menos, 51% do Capital Social. Se não for reunido este quorum haverá uma segunda convocação, nos termos do Art.º 377º do Código das Sociedades Comerciais, e a Assembleia reunirá com qualquer número de accionistas, independentemente do capital representado e do assunto a tratar.

A Mesa da Assembleia Geral será composta por um Presidente e dois Secretários, eleitos pela Assembleia Geral por um período de um ano e sempre reelegíveis.



As deliberações da Assembleia Geral deverão ser tomadas por maioria absoluta de votos.

Os documentos de prestação de contas (Relatório da Gestão, Balanço, Contas e Proposta de Aplicação dos Resultados) encontram-se à disposição dos accionistas na sede da Sociedade, e no sítio (site) da COPAM na Internet, durante os 15 dias anteriores à data da Assembleia Geral.

A convocatória para a realização da Assembleia Geral terá de estar no sítio (site) da COPAM na Internet, em www.copam.pt, na secção “Informação Oficial / Assembleias Gerais”, durante os 30 dias anteriores à data da Assembleia Geral.

Não é possível exercer o voto por meios electrónicos.

CAPÍTULO III - REGRAS SOCIETÁRIAS

1 – CÓDIGOS DE CONDUTA

Embora não existindo códigos de conduta e regulamentos internos formais no sentido desta nota, a COPAM considera que os princípios de boa prática empresarial fazem parte dos valores empresariais salvaguardados tanto pelos membros dos órgãos de gestão como pelos restantes colaboradores.

2 – SISTEMA DE CONTROLO DE RISCOS

Reafirmamos o exposto no n.º 3 do Capítulo I: a Área Administrativa e Financeira e o Gabinete de Informação de Gestão têm como missão conjunta a redução dos riscos de funcionamento da organização, avaliando e revendo os sistemas de controlo interno, como por exemplo dos plafonds de crédito concedidos aos clientes, visando a optimização dos recursos e a análise das actividades desenvolvidas, de modo a obter-se um nível de segurança razoável de que os objectivos serão atingidos. Estas áreas da empresa analisam as situações de crise potencial, adoptando procedimentos que antecipem os factores de risco, propondo ao Conselho de Administração um plano de acções a desempenhar.

3 – MEDIDAS SUSCEPTÍVEIS DE INTERFERIR NO ÊXITO DE OFERTAS PÚBLICAS DE AQUISIÇÃO

Não existem medidas susceptíveis de interferir no êxito de ofertas públicas de aquisição.

CAPÍTULO IV – ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

FUNÇÕES DESEMPENHADAS PELOS ADMINISTRADORES E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Administradores, e que também são colaboradores da empresa, exerceram as funções específicas de coordenação das Áreas consignadas no Organograma apresentado.

A sociedade é administrada por um Conselho de Administração composto por três a cinco membros, conforme a Assembleia Geral ordinária deliberar, eleitos anualmente e sempre reelegíveis. O Conselho escolherá um presidente e poderá nomear de entre os seus membros um Administrador-delegado.

O Conselho poderá preencher até à próxima Assembleia Geral as vagas ocorridas entre os seus membros.

O Conselho de Administração terá os mais amplos poderes para dirigir a actividade social com todas as atribuições legais e especialmente:

- a) Negociar e estabelecer todos os contratos em nome da sociedade, com poderes para adquirir, vender, ceder e onerar todos os bens móveis da sociedade, só ficando dependentes de deliberação da Assembleia Geral os contratos que importem alienação de bens imóveis;
- b) Representar a sociedade para todos os efeitos, com poderes para confessar, desistir, transaccionar ou aceitar as arbitragens em qualquer processo em que a sociedade seja parte;
- c) Constituir mandatários com poderes que julgue convenientes.

O Conselho de Administração reunirá por convocação do presidente ou do Administrador-delegado sempre que o interesse da sociedade o exija. Os membros do Conselho de Administração podem fazer-se representar por outro membro nas reuniões, para o que bastará uma simples carta, telex ou telegrama autenticado. O Conselho só poderá deliberar validamente com a presença da maioria dos seus membros. As deliberações são tomadas por maioria dos votos presentes. O presidente tem voto de qualidade.

A sociedade obriga-se pela assinatura de dois administradores. Cada administrador eleito anualmente na Assembleia Geral terá de prestar uma caução, que poderá ser substituída por seguro caução prestado por empresa seguradora.

Não existe nenhuma Comissão Executiva ou outra comissão com competência em matéria de gestão.



Em 2003 efectuaram-se 18 reuniões do Conselho de Administração (ordinárias, plenárias e extraordinárias).

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DA SOCIEDADE

No Capítulo VI, Artigo 11.º (Remunerações) dos Estatutos da sociedade, refere-se que, “Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal terão a remuneração que lhes for fixada por uma Comissão de Vencimentos composta por três pessoas eleitas anualmente pela Assembleia Geral” Assim, a Comissão de Vencimentos para o exercício de 2003 foi:

- . Victor Manuel Carmona e Costa
- . Álvaro Carmona e Costa Portela
- . Francisco Maria Félix da Costa Seabra

A Comissão de Vencimentos não auferir qualquer remuneração.

As Remunerações do Conselho de Administração não estão dependentes dos resultados da sociedade ou da evolução da cotação das acções emitidas pela sociedade. Não há remunerações variáveis. Os membros não executivos do Conselho de Administração auferiram 3.063,64 euros de Senhas de Presença.

Remunerações do Conselho de Administração:

Remunerações:	182.848,20 euros
Encargos sobre Remunerações:	41.756,25 euros
Seguro de Acidentes Trabalho:	3.569,58 euros
TOTAL:	228.174,03 euros

O Conselho de Administração define anualmente a política de remunerações dos colaboradores da empresa, fazendo depender os aumentos salariais em função da inflação e da evolução da produtividade da empresa.

Conselho de Administração:

- Victor Manuel Carmona e Costa Presidente do Conselho de Administração
(Executivo)
(Não Independente)

A qualificação de Não Independente atende à aplicação das alíneas a), d) e e) do n.º 2 do Artigo 1.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2001 (após as alterações introduzidas sobre as práticas do Governo das Sociedades).



- José Amaro Martins Carmona e Costa Vogal do Conselho de Administração
(Executivo)
(Não Independente)

A qualificação de Não Independente atende à aplicação das alíneas a), d) e e) do n.º 2 do Artigo 1.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2001 (após as alterações introduzidas sobre as práticas do Governo das Sociedades).

- Francisco Gerardo Knopfli Batoréu Vogal do Conselho de Administração
(Executivo)
(Não Independente)

A qualificação de Não Independente atende à aplicação da alínea d) do n.º 2 do Artigo 1.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2001 (após as alterações introduzidas sobre as práticas do Governo das Sociedades).

- João Alberto de Lima Pereira Vogal do Conselho de Administração
(Não Executivo)
(Independente)

- Ernesto Porcar Gatell Vogal do Conselho de Administração
(Não Executivo)
(Independente)

Funções exercidas por aqueles em outras sociedades:

- Vítor Manuel Carmona e Costa:

Presidente do Conselho de Administração da CADE - COMPANHIA AGRÍCOLA DE DESENVOLVIMENTO, SA
Presidente do Conselho de Administração da SOVICAR - INVESTIMENTOS AGRO-TURÍSTICOS, SA
Fundador da FUNDAÇÃO VÍTOR E GRAÇA CARMONA E COSTA

- José Amaro Martins Carmona e Costa:

Vogal do Conselho de Administração da CADE - COMPANHIA AGRÍCOLA DE DESENVOLVIMENTO, SA
Vogal do Conselho de Administração da SOVICAR - INVESTIMENTOS AGRO-TURÍSTICOS, SA



- João Alberto de Lima Pereira:

Vogal do Conselho de Administração da RAR - SOCIEDADE DE CONTROLE (HOLDING), SGPS, SA

Vogal do Conselho de Administração da RAR – REFINARIAS DE AÇÚCAR REUNIDAS, SA

Presidente do Conselho de Administração da SUCRAL – SOCIEDADE INDUSTRIAL DO AÇÚCAR, AS

Vogal do Conselho de Administração da CENTRAR – CENTRO DE SERVIÇOS DE GESTÃO, SA

Gerente da RAR – COGERAÇÃO, UNIPESSOAL, LDA

Vogal do Conselho de Administração da IMPERIAL – PRODUTOS ALIMENTARES, SA

- Ernesto Porcar Gatell:

Director Comercial e Responsável da “Business Unit / Industrial Starches” da CARGILL/CERESTAR

AQUISIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE ACCÕES REALIZADAS PELOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE EMITENTE DAQUELAS ACCÕES

Não se registaram quaisquer aquisições ou alienações de ações da sociedade emitente por parte dos membros do Conselho de Administração.

4 – PERSPECTIVAS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

Para 2004 perspectiva-se a continuação das dificuldades no mercado interno e na exportação, quer para o mercado da União Europeia, quer para países terceiros, já sentidas em 2003. Também prevemos um aumento da intensidade da acção da concorrência, via erosão dos preços de venda, o que não deixa de ser preocupante face à evolução do preço do milho. De facto, os contratos de milho já negociados apontam para um agravamento do preço de cerca de 30% até ao início da nova colheita. Estes aumentos dificilmente serão compensados via preços de venda ou inclusivamente por diminuições dos custos de produção.

Espera-se que em 2004 a COPAM continue a desenvolver o programa de contenção de custos, reestruturando sectores e permitindo, a médio prazo, o aumento da polivalência dos colaboradores, o aumento da produtividade e a obtenção de ganhos de eficiência e de competitividade.

A manutenção dos Resultados, Antes e Depois de Impostos, face a 2003, através, quer de medidas operacionais entretanto tomadas, quer via efeito fiscal (redução da taxa do IRC para 25%), são um objectivo para 2004.

5 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS E DE PARTE DAS RESERVAS LIVRES PARA EFEITOS DE ARREDONDAMENTO

A Administração propõe que ao lucro do exercício depois de impostos, no montante de 3.892.969,62 euros, seja dada a seguinte distribuição:

. Dividendos	3.892.969,62 euros
--------------	--------------------

A Administração propõe ainda a distribuição de 107.030,38 euros de Reservas Livres de modo a perfazer um total de 4.000.000,00 euros:

. Reservas Livres	107.030,38 euros
. Dividendos	3.892.969,62 euros
Total a Distribuir:	4.000.000,00 euros

S. João da Talha, 14 de Janeiro de 2004



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE:

(Victor Manuel Carmona e Costa)

VOGAIS:

(José Amaro Martins Carmona e Costa)

(Francisco Gerardo Knopfli Batoréu)

(João Alberto de Lima Pereira)

(Ernesto Porcar Gatell)

ANEXO N.º 1

PARTICIPAÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS NO CAPITAL DA EMPRESA NOS TERMOS DO ARTIGO 447º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE:

Victor Manuel Carmona e Costa 10 000 acções

VOGAIS:

José Amaro Martins Carmona e Costa 420 acções

Francisco Gerardo Knopfli Batoréu 1 acção

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE:

Luís Fernando Nandin de Carvalho 2.350 acções

VOGAL:

Manuel Batista Neves 205 acções

Não se registaram quaisquer aquisições ou cessações de titularidade por parte dos membros dos órgãos sociais.

ANEXO N.º 2

PARTICIPAÇÕES NO CAPITAL SOCIAL DA EMPRESA

Lista de titulares de participações qualificadas na sociedade de acordo com o Artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários

CADE - COMPANHIA AGRÍCOLA DE DESENVOLVIMENTO, SA	250.000 acções	25,00%
SOVICAR - INVESTIMENTOS AGRO-TURÍSTICOS, SA	250.000 acções	25,00%
AMYLUM, N. V.	146.465 acções	14,64%
CERESTAR HOLDING, B. V.	146.465 acções	14,64%
RAR - SOCIEDADE DE CONTROLE (HOLDING), SA	101.430 acções	10,14%
FUNDAÇÃO VÍTOR E GRAÇA CARMONA E COSTA	38.262 acções	3,83%
SAR – SOCIEDADE DE PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS, SA	20.110 acções	2,01%



BALANÇO em 31 de Dezembro de 2003

COPAM-COMPANHIA PORTUGUESA DE AMIDOS,S.A. Sociedade Aberta

(Valores Expressos em Euros)

POC	ACTIVO	EXERCÍCIOS				POC	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		AB	APA	AL	N-1			N	N-1
	IMOBILIZADO:						CAPITAL PRÓPRIO:		
	Imobilizações incorpóreas:					51	Capital	5.000.000,00	5.000.000,00
431	Despesas Inv.e Desenvolvimento	25.877,78	25.779,15	98,63	8.726,25	56	Reservas de reavaliação	4.914.391,23	4.909.664,66
433	Propriedade industrial e outros di	374,10	374,10	0,00	0,00		Reservas:		
		26.251,88	26.153,25	98,63	8.726,25	571	Reservas legais	1.000.000,00	997.595,79
						574 a 575	Outras reservas	162.173,19	246.896,20
	Imobilizações corpóreas:					59	Resultados transitados	-9.663,77	-4.937,20
421	Terrenos e recursos naturais	2.790.670,08	0,00	2.790.670,08	2.790.670,08		Sub total	11.066.900,65	11.149.219,45
422	Edifícios e outras construções	4.055.660,61	3.597.145,89	458.514,72	539.541,44				
423	Equipamento básico	24.423.750,37	22.167.227,41	2.256.522,96	1.984.250,50	88	Resultado líquido do exercício	3.892.969,62	4.117.681,20
424	Equipamento de transporte	735.457,06	673.349,59	62.107,47	41.108,02		Total do capital próprio	14.959.870,27	15.266.900,65
425	Ferramentas e utensílios	352.159,20	347.529,35	4.629,85	9.631,01				
426	Equipamento administrativo	564.547,66	518.346,11	46.201,55	23.049,88		PASSIVO:		
427	Taxas e Vasilhame	5.044,45	5.044,45	0,00	0,00		Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
428	Out. Imobilizações Corpóreas	8.875,51	4.124,32	4.751,19	4.904,46	221	Fornecedores, c/c	1.711.780,80	1.450.944,17
441/2	Imobilizações em curso	84.398,58	0,00	84.398,58	860.125,88	25	Restantes acionistas (socios)	21.533,37	19.097,02
448	Adiant.p/conta imobilizações corpó	0,00	0,00	0,00	16.815,60	219	Adiantamentos de clientes	654,74	0,00
		33.020.563,52	27.312.767,12	5.707.796,40	6.270.096,87	2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	55.287,15	115.957,95
						24	Estado e outros entes públicos	932.598,84	766.838,74
	Investimentos financeiros:					268+211	Outros credores	356.073,54	291.123,64
4112	Partes de capital em empresas asso	49,88	0,00	49,88	49,88			3.077.928,44	2.643.961,52
		49,88	0,00	49,88	49,88		ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:		
	CIRCULANTE:					273	Acréscimos de custos	497.514,19	597.253,79
	Existências:					274	Proveitos diferidos	114.453,00	134.849,26
36	Matérias-primas, subprod. e de cons	909.904,02	0,00	909.904,02	722.685,91	276	Passivos por Impostos Diferidos	17.089,25	21.815,82
35	Subprodutos, desp.resid.refugos	28.733,12	0,00	28.733,12	39.230,43			629.056,44	753.918,87
33	Produtos Acabados e Intermediários	797.083,52	0,00	797.083,52	965.318,77		Total do passivo	3.706.984,88	3.397.880,39
32	Mercadorias	63.143,17	0,00	63.143,17	55.065,74				
		1.798.863,83	0,00	1.798.863,83	1.782.300,85				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:								
211	Clientes, c/c	5.014.257,09	0,00	5.014.257,09	4.134.711,28				
212	Clientes - Títulos a Receber	36.284,55	0,00	36.284,55	14.699,49				
218+281	Clientes de Cobrança Duvidosa	432.122,63	431.340,95	781,68	112.972,46				
229	Adiantamentos a Fornecedores	25.086,47	0,00	25.086,47	1.197,11				
24	Estado e outros entes públicos	4.594,22	0,00	4.594,22	2.935,28				
26+221	Outros devedores	98.116,25	0,00	98.116,25	8.568,43				
		5.610.461,21	431.340,95	5.179.120,26	4.275.084,05				
	Títulos negociáveis								
15	Outros títulos negociáveis	3.725.000,00	0,00	3.725.000,00	850.000,00				
		3.725.000,00	0,00	3.725.000,00	850.000,00				
	Depósitos bancários e caixa:								
12+13+14	Dep.banc.à Ordem e a Prazo	2.223.561,74	0,00	2.223.561,74	5.335.247,66				
11	Caixa	10.063,68	0,00	10.063,68	118.622,39				
		2.233.625,42	0,00	2.233.625,42	5.453.870,05				
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:								
271	Acréscimos de proveitos	22.300,73	0,00	22.300,73	23.503,09				
272	Custos diferidos	0,00	0,00	0,00	1.150,00				
		22.300,73	0,00	22.300,73	24.653,09				
	Total de amortizações		27.338.920,37						
	Total de provisões		431.340,95						
	Total do activo	46.437.116,47	27.770.261,32	18.666.855,15	18.664.781,04		Total do capital próprio e do passivo	18.666.855,15	18.664.781,04

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

(Maria da Glória R.M.Viegas Silva)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Victor Manuel Carmona e Costa)

(José Amaro Martins Carmona e Costa)

(Francisco Gerardo Knopfli Batoréu)

(João Alberto de Lima Pereira)

(Ernesto Porcar Gatell)



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS, em 31 de Dezembro de 2003

COPAM-COMPANHIA PORTUGUESA DE AMIDOS, S. A. Sociedade Aberta

POC	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS			
		N*		N-1*	
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	2.801.286,35		2.962.556,19	
	Matérias	12.399.849,44	15.201.135,79	12.891.623,73	15.854.179,92
62	Fornecimentos e serviços externos		2.386.271,38		2.369.430,78
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	2.538.707,40		2.595.496,91	
	Encargos sociais:				
645/8	Outros	1.002.834,28	3.541.541,68	757.058,61	3.352.555,52
66	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	761.367,91		727.213,16	
67	Provisões	113.589,47	874.957,38	0,00	727.213,16
63	Impostos	237.401,64		217.711,60	
65	Outros custos e perdas operacionais	218.101,22	455.502,86	365.961,00	583.672,60
	(A) _____		22.459.409,09		22.887.051,98
681/5/6/7/8	Juros e custos similares:				
	Outros	125.702,84	125.702,84	136.813,46	136.813,46
	(C) _____		22.585.111,93		23.023.865,44
69	Custos e perdas extraordinários		58.622,32		111.776,37
	(E) _____		22.643.734,25		23.135.641,81
86	Imposto sobre o rendimento do exercício		2.069.256,30		2.184.542,83
	(G) _____		24.712.990,55		25.320.184,64
88	Resultado líquido do exercício		3.892.969,62		4.117.681,20
			28.605.960,17		29.437.865,84

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

(Maria da Glória R.M.Viegas Silva)

(Valores Expressos em Euros)

POC	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS			
		N*		N-1*	
71	Vendas:				
	Mercadorias	3.066.217,36		3.280.398,07	
	Produtos	25.338.961,74		25.461.834,16	
72	Prestações de serviços	44.826,32	28.450.005,42	44.951,82	28.787.184,05
	Variação da produção		-178732,56		128.524,88
75	Trabalhos para a própria empresa		50.574,85		54.762,10
73	Proveitos suplementares	103.246,92		97.329,46	
74	Subsídios à exploração	22.083,80		96.752,52	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	9.303,56	134.634,28	3.552,66	197.634,64
	(B) _____		28.456.481,99		29.168.105,67
781/5/6	Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações f				
	Relativos a empresas do grupo				
	Outros	112.985,94		187.996,26	
	Outros juros e proveitos similares:				
	Relativos a empresas do grupo				
	Outros	15.211,36	128.197,30	9.465,95	197.462,21
	(D) _____		28.584.679,29		29.365.567,88
79	Proveitos e ganhos extraordinários		21.280,88		72.297,96
	(F) _____		28.605.960,17		29.437.865,84

Resumo:			
Resultados operacionais:	(B) - (A) =	5.997.072,90	6.281.053,69
Resultados financeiros:	(D - B) - (C - A) =	2.494,46	60.648,75
Resultados correntes:	(D) - (C) =	5.999.567,36	6.341.702,44
Resultados antes de impostos:	(F) - (E) =	5.962.225,92	6.302.224,03
Resultado líquido do exercício:	(F) - (G) =	3.892.969,62	4.117.681,20

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Victor Manuel Carmona e Costa)

(José Amaro Martins Carmona e Costa)

(Francisco Gerardo Knopfli Batoréu)

(João Alberto de Lima Pereira)

(Ernesto Porcar Gatell)



Companhia Portuguesa de Amidos, SA sociedade aberta

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO ANO 2003

Nos.
Ordem - POC

1 (3) CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS RELATIVAMENTE AS RUBRICAS DO BALANÇO, BEM COMO MÉTODOS DE CALCULO RESPEITANTES AOS AJUSTAMENTOS DE VALOR, DESIGNADAMENTE, AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES:

- Especialização dos exercícios.

É seguido o princípio contabilístico da especialização de exercícios relativamente à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras.

- Matérias Primas e Subsidiárias.

As existências foram avaliadas pelos custos de aquisição e demais despesas acessórias de compra.

- Produtos Fabricados e em Vias de Fabrico.

São valorizados a custos standard e corrigidos com os desvios apurados face ao real, mais significativos.

- Imobilizações.

Custos de aquisição e de reavaliação de acordo com a legislação específica.

Os custos com a manutenção e reparação que se espera vir a aumentar a vida útil dos imobilizados, são capitalizados.

Outros custos com manutenção e reparação são contabilizados logo que incorridos.

MÉTODOS DE CALCULO:

- Amortizações.

São calculadas pelo método das quotas constantes anuais, utilizando as taxas máximas fiscalmente aceites.

2 (4) COTAÇÕES UTILIZADAS PARA CONVERSÃO DA MOEDA ESTRANGEIRA:

Os activos e responsabilidades expressos em moeda estrangeira são convertidos às taxas em vigor no final do exercício, sendo as respectivas diferenças de câmbio, reflectidas como proveitos ou custos financeiros.

3 (6) IMPOSTOS DIFERIDOS:

Foi reconhecido o efeito fiscal das diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e fiscal para efeitos de tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), relativas à reavaliação do Imobilizado, tendo sido revertido o imposto diferido, no montante de 4,726,57 euros.

Decomposição dos Impostos relativos a Resultados Líquidos do Exercício, Reservas Livres e Resultados Transitados:

Rubricas	Valores
Resultados, reservas livres e res.transitados líquidos de impostos (contabilísticos)	4.045.479,04
Imposto do exercício	2.069.256,30
Impostos Diferidos	4.726,57
Imposto corrente	2.073.982,87

4 (7) NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS AO SERVIÇO DA EMPRESA: 127

5 (10) MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RÚBRICAS DO ACTIVO IMOBILIZADO.

ACTIVO BRUTO

€

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	ALIENAÇÕES/ ABATES	TRANSF. PARA CUSTOS	TRANSFERÊNCIA	SALDO FINAL
IMOBILIZAÇ. INCORPÓREAS:						
Despesas de Instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Inv.e Desenvolvimen	25.877,78	0,00	0,00	0,00	0,00	25.877,78
Propriedade Industrial	374,10	0,00	0,00	0,00	0,00	374,10
	26.251,88	0,00	0,00	0,00	0,00	26.251,88
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:						
Terrenos e Rec. Naturais	2.790.670,08	0,00	0,00	0,00	0,00	2.790.670,08
Edif. e Out.Construções	4.055.660,61	0,00	0,00	0,00	0,00	4.055.660,61
Equipamento Básico	23.610.132,96	0,00	70.259,32	0,00	883.876,73	24.423.750,37
Equipamento de Transporte	678.513,23	0,00	0,00	0,00	56.943,83	735.457,06
Ferramentas e Utensílios	352.694,80	0,00	535,60	0,00	0,00	352.159,20
Equip. Administrativo	575.801,88	6.513,99	53.416,38	0,00	35.648,17	564.547,66
Taras e Vasilhame	5.044,45	0,00	0,00	0,00	0,00	5.044,45
Outras Imob.Corpóreas	8.875,51	0,00	0,00	0,00	0,00	8.875,51
Imobilizações em Curso	860.125,88	314.836,17	0,00	130.910,34	(959.653,13)	84.398,58
Adiant.conta Imob.Corpóreas	16.815,60	0,00	0,00	0,00	(16.815,60)	0,00
	32.954.335,00	321.350,16	124.211,30	130.910,34	0,00	33.020.563,52
INVESTIMENTOS FINANCEIROS						
Partes cap.emp.associadas	49,88	0,00	0,00	0,00	0,00	49,88
Partes cap.em outras empresas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	49,88	0,00	0,00	0,00	0,00	49,88



Companhia Portuguesa de Amidos, SA sociedade aberta

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO ANO 2003

Nos.
Ordem - POC

5 (10) MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RÚBRICAS DO ACTIVO IMOBILIZADO: CONT.

AMORTIZAÇÕES

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	ALIENAÇÃO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
€					
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:					
Despesas de Instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Inv.e Desenvolvimento	17.151,53	8.627,62	0,00	0,00	25.779,15
Propriedade Industrial	374,10	0,00	0,00	0,00	374,10
	17.525,63	8.627,62	0,00	0,00	26.153,25
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
Terrenos e Rec. Naturais					
Edif. e Out.Construções	3.516.119,17	81.026,72	0,00	0,00	3.597.145,89
Equipamento Básico	21.625.882,46	611.604,27	0,00	70.259,32	22.167.227,41
Equipamento de Transporte	637.405,21	35.944,38	0,00	0,00	673.349,59
Ferramentas e Utensílios	343.063,79	5.001,16	0,00	535,60	347.529,35
Equip. Administrativo	552.752,00	19.010,49	0,00	53.416,38	518.346,11
Taras e Vasilhame	5.044,45	0,00	0,00	0,00	5.044,45
Outras Imob.Corpóreas	3.971,05	153,27	0,00	0,00	4.124,32
	26.684.238,13	752.740,29	0,00	124.211,30	27.312.767,12

6 (12) DIPLOMAS LEGAIS EM QUE SE BASEOU A REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO CORPÓREO

Decretos-Lei 118/86, 111/88, 49/91, 264/92 e 31/98.

7 (13) DISCRIMINAÇÃO DAS REAVALIAÇÕES

RUBRICAS	Custo Histórico	Reavaliações	Valor Cont.Reaval.
€			
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:			
Terrenos e Rec. Naturais	764.384,99	2.026.285,09	2.790.670,08
Edifícios e O.Construções	279.844,05	178.670,67	458.514,72
Equipamento Básico	2.243.620,08	12.902,88	2.256.522,96
Equipamento de Transporte	62.107,47	0,00	62.107,47
Ferramentas e Utensílios	4.629,85	0,00	4.629,85
Equip. Administrativo	46.201,55	0,00	46.201,55
Outras Imob. Corpóreas	4.751,19	0,00	4.751,19
Imobil.em Curso	84.398,58	0,00	84.398,58
	3.489.937,76	2.217.858,64	5.707.796,40

8 (14) COM RELAÇÃO ÀS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

Corpóreas em poder de terceiros **666.585,45€**

9 (16) FIRMA E SEDE DAS EMPRESAS ASSOCIADAS

SOVICAR- Soc. Investimentos Agro-Turisticos,S.A.

Sede: Rua Ferreira da Silva, 10 - 2o. Dto
1900 - 229 - Lisboa

Fracção de Capital que detém: 25%

CADE- Companhia Agrícola Desenvolvimento S.A.

Sede: Rua Soeiro Pereira Gomes, lote 1,6° A-B
1600 - 196 - Lisboa

Fracção de Capital que detém: 25%

10 (23) VALOR GLOBAL DAS DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Clientes de cobrança duvidosa **432.122,63€**

11 (32) GARANTIAS :

A favor de terceiros **33.820,29€**
A favor da empresa **0,00€**

12 (34) MOVIMENTOS NAS CONTAS DE PROVISÕES

CONTAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REDUÇÃO	SALDO FINAL
28- Provisão Cob.Duvidosas	317.751,48	114.270,03	680,56	431.340,95



Companhia Portuguesa de Amidos, SA sociedade aberta

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO ANO 2003

Nos.

Ordem - POC

13 (36) NÚMERO DE AÇÕES DE CADA CATEGORIA EM QUE SE DIVIDE O CAPITAL DA EMPRESA E O SEU VALOR NOMINAL

1.000.000 ações ao portador a 5 euros valor nominal

14 (37) PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SUBSCRITO DE CADA UMA DAS PESSOAS COLECTIVAS QUE NELE DETENHAM PELO MENOS 20%:

Sovicar - Soc. de Investimentos Agro-Turisticos, S.A. ⇒ 25,00%
 Cade - Companhia Agrícola de Desenvolvimento, S.A. ⇒ 25,00%

15 (40) MOVIMENTOS NAS RÚBRICAS DE CAPITALS PRÓPRIOS

CONTAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REDUÇÃO	SALDO FINAL
51. - Capital	5.000.000,00	0,00	0,00	5.000.000,00
56. - Reservas Reavaliação	4.909.664,66	4.726,57	0,00	4.914.391,23
57.1- Reservas Legais	997.595,79	2.404,21	0,00	1.000.000,00
57.4- Reservas Livres	246.896,20	0,00	84.723,01	162.173,19
59.1- Resultados transitados	(4.937,20)	0,00	4.726,57	(9.663,77)
88. - Resultado Líquido	4.117.681,20	3.892.969,62	(4.117.681,20)	3.892.969,62

16 (41) DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

MOVIMENTOS	MERCADORIAS	MAT. PRI/SUBS.
Existências Iniciais	55.065,74	722.685,91
Compras	2.809.363,78	12.587.067,55
Existências Finais	63.143,17	909.904,02
CUSTOS NO EXERCÍCIO	2.801.286,35	12.399.849,44

17 (42) DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

MOVIMENTOS	Prod.Acabados e Intermediários	Prod/Trabalhos em Curso
Existências Finais	825.816,64	0,00
Existências Iniciais	1.004.549,20	0,00
AUMENTO/REDUÇÃO NO EXERCÍCIO	(178.732,56)	0,00

18 (43) INDICAÇÃO GLOBAL PARA CADA UM DOS ORGÃOS DAS REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS QUE ESTEJAM RELACIONADOS COM O EXERCÍCIO DAS RESPECTIVAS FUNÇÕES

-Conselho Administração 182.848,20 €
 -Conselho Fiscal 14.150,52 €
 -Assembleia Geral 1.068,43 €

19 (44) RELATO POR SEGMENTOS

A informação expressa nas várias demonstrações financeiras, anexas, respeitam unicamente ao segmento principal (fabricação de Amidos) não existindo segmentos secundários.

Relato por Mercados	Ano N	Ano N-1
Indústria Alimentar (Food)	17.247.335,00	16.473.503,00
Indústria Não Alimentar (Non Food)	7.278.511,00	8.431.673,00
Indústria Alimentação Animal (Animal Feed)	3.924.159,00	3.882.008,00
Vendas e prestações de serviços	28.450.005,00	28.787.184,00

Repartição do valor líquido das vendas e das prestações de serviços

	MERCADOS		
	Interno	Intracomun.	Outros
Vendas	27.348.027,35	942.336,59	114.815,16
Prestações Serviços	0,00	44.826,32	0,00

20 (45) DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	2003	2002		2003	2002
681 - Juros c/empr.bancários	0,00	0,00	781 - Juros Obtidos	120.696,57	192.783,27
685 - Dif. Câmb. Desfavoráveis	3.745,35	618,58	785 - Dif.Câmb.Favoráveis	119,59	541,28
686 - Desc.P.Pag.Concedidos.	117.823,10	128.142,95	786 - Desc.P.P. obtidos	7.381,14	4.106,97
688 - Outros C.Perd.Financeiras	4.134,39	8.051,93	788 - O.Prov./Ganh.Financeiros	0,00	30,69
RESULTADOS FINANCEIROS	2.494,46	60.648,75			
	128.197,30	197.462,21		128.197,30	197.462,21



Companhia Portuguesa de Amidos, SA sociedade aberta

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO ANO 2003

Nos.
Ordem - POC

21 (46) DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	2003	2002		2003	2002
691 - Donativos	250,00	250,00	792 - Recuperação de Dívidas	3,18	0,00
692 - Dívidas Incobráveis	4.114,28	0,00	793 - Ganhos em Existências	0,00	24.937,19
693 - Quebras em Existências	0,00	0,00	794 - Ganhos em Imobilizações	0,00	1.520,58
694 - Perdas em Imobilizações	0,00	0,00	795 - Benef. e Pen. Contratuais	0,00	0,00
695 - Multas e Penalidades	67,47	0,00	796 - Red. Amortiz./Provisões	0,00	20.000,00
697 - Correç. Rel. a Exerc. Anter	44.401,04	111.450,66	798 - O.Prov./Ganhos Extraordina	21.277,70	25.840,19
698 - O.Cust./Perd.Extraord.	9.789,53	75,71			
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	(37.341,44)	(39.478,41)			
	21.280,88	72.297,96		21.280,88	72.297,96

22 (48) DIVERSOS

- Valor das participações estrangeiras no capital social da COPAM:

CERESTAR HOLDING B V	732.325,00€ 14,64%
AMYLUM N.V.	732.325,00€ 14,64%

- AS DESPESAS COM O PESSOAL FORAM AS SEGUINTE:

Ordenados e salários	1.688.653,78€
Remunerações adicionais	653.054,90€
Encargos com remunerações	572.614,95€
Outras Despesas com o Pessoal	384.893,20€
	<u>3.299.216,83€</u>
Refeitório e Transp. do pessoal	123.442,56€
	<u><u>3.422.659,39€</u></u>

- IMPOSTOS DIFERIDOS

Dos impostos diferidos passivos relativos à reavaliação, foi contabilizada a reversão, no valor de 4,726,57 Euros.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

(Maria da Glória R.M.Viegas Silva)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Vitor Manuel Carmona e Costa)

(José Amaro Martins Carmona e Costa)

(Francisco Gerardo Knopfli Batoréu)

(João Alberto de Lima Pereira)

(Ernesto Porcar Gatell)



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

ANO DE 2003

Valores em Euros

	N	N-1
Vendas e prestações de serviços	28.470.286,52	28.762.503,58
Custo das vendas e das prestações de serviços	18.947.783,18	19.169.030,54
Resultados brutos	9.522.503,34	9.593.473,04
Outros proveitos e ganhos operacionais	147.747,16	147.116,12
Custos de distribuição	1.389.448,70	1.325.171,24
Custos administrativos	1.057.926,60	696.623,93
Outros custos e perdas operacionais	1.260.649,28	1.416.569,96
Resultados operacionais	5.962.225,92	6.302.224,03
Custo líquido de financiamento	0,00	0,00
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	0,00	0,00
Ganhos (perdas) em outros investimentos	0,00	0,00
Resultados correntes	5.962.225,92	6.302.224,03
Impostos sobre os resultados correntes	2.069.256,30	2.184.542,83
Resultados correntes após impostos	3.892.969,62	4.117.681,20
Resultados extraordinários	0,00	0,00
Impostos sobre os resultados extraordinários	0,00	0,00
Resultados líquidos	3.892.969,62	4.117.681,20
Resultados por acção	3,89	4,12



ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

ANO DE 2003

Valores em Euros

<i>Movimentos</i>	<i>Produtos Acabados e Intermédios</i>	<i>Subprodutos</i>	<i>Mercadorias</i>	<i>Prestações de Serviços</i>
Existências Iniciais	965.318,77	39.230,43	55.065,74	0,00
Entradas provenientes da produção	36.654.605,48	3.957.391,16	2.798.446,16	0,00
Regularização das existências	0,00	0,00	0,00	0,00
Saídas para a produção e imobilizado	24.362.915,41	270.399,34	0,00	0,00
Existências finais	797.083,52	28.733,12	63.143,17	0,00
Custo das vendas e prestações de serviços	12.459.925,32	3.697.489,13	2.790.368,73	0,00



Companhia Portuguesa de Amidos, SA sociedade aberta

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Exercício de 2003

MÉTODO DIRECTO

Em Euros

	ANO N	ANO N - 1
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de Clientes	31.263.860,30	32.849.518,30
Pagamentos a Fornecedores	-18.298.362,20	-19.643.898,34
Pagamentos ao pessoal	-3.454.623,10	-3.152.562,10
Fluxo gerado pelas operações	9.510.875,00	10.053.057,86
Recebimentos/pagamentos IVA	-2.901.955,50	-2.672.586,30
Pagamento Imposto s/Rendimento	-1.966.618,91	-2.698.266,56
Outros recebimentos/pagamentos relativos às actividades operacionais	-408.340,37	-462.612,96
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	4.233.960,22	4.219.592,04
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	0,00	234,00
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	-44.468,51	313,40
Fluxos das actividades operacionais (1)	4.189.491,71	4.220.139,44
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de: Imobilizações corpóreas	124.863,60	105.433,00
Pagamentos respeitantes a: Imobilizações corpóreas	-462.036,30	-897.204,40
Imobilizações incorpóreas	0,00	-298,40
Fluxos das actividades de investimento (2)	-337.172,70	-792.069,80
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamentos respeitantes a: Dividendos	-4.197.563,64	-4.187.990,08
Fluxos das actividades de financiamento (3)	-4.197.563,64	-4.187.990,08
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (4)=(1)+(2)+(3)	-345.244,63	-759.920,44
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES INICIAIS	6.303.870,05	7.063.790,49
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES FINAIS	5.958.625,42	6.303.870,05



Companhia Portuguesa de Amidos, SA sociedade aberta

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício de 2003

Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes, reconciliando os montantes evidenciados na demonstração dos fluxos de caixa com as rubricas do balanço:

Em euros

	ano n	ano n - 1
Numerário	10.063,68	118.622,39
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	473.561,74	385.247,66
Equivalentes a caixa	5.475.000,00	5.800.000,00
Caixa e seus equivalentes	5.958.625,42	6.303.870,05
Outras disponibilidades	0,00	0,00
Disponibilidades Constantes do Balanço	5.958.625,42	6.303.870,05

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ia da Glória R.M.Viegas Silva)

(Víctor Manuel Carmona e Costa)

(José Amaro Martins Carmona e Costa)

(Francisco Gerardo knopfli Batoréu)

(João Alberto de Lima Pereira)

(Ernesto Porcar Gatell)



"PROPOSTAS"

**ASSEMBLEIA GERAL
02.03.2004**



**PROPOSTA A APRESENTAR À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA
COPAM – COMPANHIA PORTUGUESA DE AMIDOS, SA, SOCIEDADE ABERTA
A REALIZAR EM 02.MARÇO.2004**

Ponto 6 da Convocatória

"Propõe-se que o Conselho de Administração fique autorizado durante o seu mandato, a adquirir e vender acções próprias representativas do capital social da sociedade, até ao limite de 10%.

As aquisições deverão ser efectuadas a um valor mínimo de 10% abaixo da cotação média e máximo de 79,81 Euros cada.

As vendas deverão ser efectuadas a um valor mínimo de 37,41 Euros e máximo de 79,81 Euros cada.

Esta autorização é válida durante o presente mandato e caduca com o termo das funções do Conselho de Administração."

S. João da Talha, 14 de Janeiro de 2004

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE:

(Victor Manuel Carmona e Costa)

VOGAIS:

(José Amaro Martins Carmona e Costa)

(Francisco Gerardo Knopfli Batoréu)

(João Alberto de Lima Pereira)

(Ernesto Porcar Gatell)



**PROPOSTA A APRESENTAR À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA
COPAM – COMPANHIA PORTUGUESA DE AMIDOS, SA, SOCIEDADE ABERTA
A REALIZAR EM 2.MARÇO.2004**

Ponto 7 da Convocatória

"Propõe-se que o Conselho de Administração fique autorizado durante o seu mandato, a adquirir e/ou alienar bens imobiliários de interesse para a Empresa.

Esta autorização é válida durante o presente mandato e caduca com o termo das funções do Conselho de Administração."

S. João da Talha, 14 de Janeiro de 2004

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE:

(Victor Manuel Carmona e Costa)

VOGAIS:

(José Amaro Martins Carmona e Costa)

(Francisco Gerardo Knopfli Batoréu)

(João Alberto de Lima Pereira)

(Ernesto Porcar Gatell)



**PROPOSTA A APRESENTAR À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA
COPAM – COMPANHIA PORTUGUESA DE AMIDOS, SA, SOCIEDADE ABERTA
A REALIZAR EM 2.MARÇO.2004**

Ponto 8 da Convocatória

“a) Alteração do nº 1 do artigo 6º, dos Estatutos, que passa a ter a seguinte redacção:

**CAPÍTULO III
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Artigo 6º

1 - A sociedade será administrada por um Conselho de Administração composto por três a sete membros, conforme a Assembleia Geral deliberar, eleitos anualmente e sempre reelegíveis.

2 - (anterior redacção)

3 - (anterior redacção)

4 - (anterior redacção)

5 - (anterior redacção)

b) Mandatar o Administrador Victor Manuel Carmona e Costa para proceder à outorga de escritura notarial de alteração estatutária se se entender que a evolução da empresa o justifica.”

S. João da Talha, 14 de Janeiro de 2004

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE:

(Victor Manuel Carmona e Costa)

VOGAIS:

(José Amaro Martins Carmona e Costa)

(Francisco Gerardo Knopfli Batoréu)

(João Alberto de Lima Pereira)

(Ernesto Porcar Gatell)

COPAM - COMPANHIA PORTUGUESA DE AMIDOS, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas,

1. No desempenho das funções que nos estão legalmente confiadas e de harmonia com o mandato que nos foi atribuído, acompanhámos a actividade da **COPAM – Companhia Portuguesa de Amidos, S.A.** durante o exercício de 2003 e procedemos a diversas verificações, com a regularidade, profundidade e extensão que considerámos necessárias nas circunstâncias, nomeadamente, no que respeita à escrituração dos livros, registos contabilísticos, documentação de suporte e cumprimento do normativo legal e estatutário, tendo obtido sempre, quer do Conselho de Administração quer dos serviços, os esclarecimentos solicitados.
2. Examinámos os documentos de prestação de contas e o Relatório de Gestão do Conselho de Administração que se encontra elaborado em obediência aos requisitos legais e em conformidade com os referidos documentos de prestação de contas, espelhando a situação da Empresa e aludindo às operações de maior significado.
3. As Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão foram examinados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que, em consequência, emitiu o Relatório Anual e a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, documentos com os quais concordamos.

4. Face ao exposto, relevando as conclusões da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, e não tendo tomado conhecimento de violação da Lei e dos Estatutos, somos do parecer que a Assembleia Geral Anual aprove:

- a) O Relatório de Gestão do Conselho de Administração, bem como as contas por este apresentadas, relativos ao exercício de 2003;
- b) A proposta do Conselho de Administração quanto à aplicação dos resultados;
- c) Um voto de louvor ao Conselho de Administração pelo seu meritório desempenho.

Lisboa, 22 de Janeiro de 2004

O Conselho Fiscal

Presidente - Dr. Luís Fernando Cardoso Nandin de Carvalho

Vogal - Engº Manuel Baptista Neves

Vogal - ANTÓNIO GRENHA, BRYANT JORGE & MOURA TAVARES
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (Nº 5)
Representada por
Dr. António Maria Gomes da Rocha Grenha (ROC Nº 22)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, da **COPAM – Companhia Portuguesa de Amidos, S.A.**, as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2003 (que evidencia um total de 18.666.855,15 euros e um total de capital próprio de 14.959.870,27 euros, incluindo um resultado líquido de 3.892.969,62 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e nos correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **COPAM – Companhia Portuguesa de Amidos, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2003, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 22 de Janeiro de 2004

ANTÓNIO GRENHA, BRYANT JORGE & MOURA TAVARES
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrita sob o nº 217 no Registo de Auditores da CMVM
Representada por
António Maria Gomes da Rocha Grenha (ROC n.º 22)



EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA NÚMERO OITENTA E NOVE

Ao segundo dia do mês de Março do ano dois mil e quatro, reuniu a Assembleia Geral da COPAM - COMPANHIA PORTUGUESA DE AMIDOS SA, Sociedade Aberta, na sua sede social em S. João da Talha. Presidiu à Mesa da Assembleia Geral o Dr. Carlos Fernando de Carvalho Barbosa da Cruz, secretariado pelo Dr. Luís Miguel Rosa Alberto e por Maria de Fátima Pinto Ribeiro Lamy. Aberta a sessão, o Presidente da Mesa, após verificar a legalidade do processo convocatório mediante a publicação tempestiva de anúncios no “Diário da República”, no “Boletim de Cotações da Euronext Lisbon” e no jornal “Diário Económico”, respectivamente de trinta e um, de vinte e seis, e de vinte e nove de Janeiro do ano dois mil e quatro, constatou que, de acordo com a lista de presenças, estavam presentes ou representados mais de cinquenta por cento do capital social, e considerou a Assembleia Geral validamente constituída e em condições de deliberar eficazmente, pelo que entrou no Ponto Primeiro da Ordem de Trabalhos: “Discutir e deliberar sobre o Relatório da Gestão, Balanço e Contas da Administração, respeitantes ao exercício de dois mil e três”. Dada a palavra aos accionistas deu entrada na Mesa uma proposta do accionista SOVICAR – Investimentos Agro-Turísticos, SA, representada por Luís Fernando Nandin de Carvalho com o seguinte teor: “Propõe-se a aprovação do Relatório da Gestão, Balanço e Contas da Sociedade respeitantes ao exercício de dois mil e três”. Tendo sido posta à votação foi aprovada por unanimidade, sem abstenções. Passou-se depois à discussão do Ponto Segundo da Ordem de Trabalhos “Discutir e deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados e parte das reservas livres para efeitos de arredondamento”. Dada a palavra aos accionistas, a Mesa pôs à votação a proposta do accionista SOVICAR – Investimentos Agro-Turísticos, SA, representada por Luís Fernando Nandin de Carvalho com o seguinte teor: “Propõe-se a aprovação da aplicação de resultados e parte das reservas livres para efeitos de arredondamento constantes no Relatório da Gestão, Balanço e Contas da Sociedade respeitantes ao exercício de dois mil e três”, a qual foi aprovada por unanimidade, sem abstenções.(...) Dado nada mais haver a tratar, foi a reunião dada por encerrada, tendo-se lavrado a presente acta que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Geral.

PRESIDENTE

Carlos Fernando de Carvalho Barbosa da Cruz

O 1º SECRETÁRIO

Luís Miguel Rosa Alberto

O 2ª SECRETÁRIA

Maria de Fátima Pinto Ribeiro Lamy



COPAM - COMPANHIA PORTUGUESA DE AMIDOS, SA, SOCIEDADE ABERTA

Sede: S. João da Talha

Capital Social: EUR 5.000.000

Pessoa Colectiva nº 500 076 138

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Loures sob o nº 42

www.copam.pt

**DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 2 DE MARÇO DE 2004**

Foram as seguintes as deliberações da Assembleia Geral Ordinária:

1. Aprovado por unanimidade, sem abstenções, o Relatório da Gestão, Balanço e Contas do exercício de 2003.

2. Aprovada por unanimidade, sem abstenções, a seguinte proposta de aplicação de resultados:

Dividendos - EUR 3.892.969,62

e, foi ainda aprovada por unanimidade, sem abstenções, a distribuição de parte das Reservas Livres para efeitos de arredondamento no montante de 107.030,38 Euros de modo a perfazer um total de 4.000.000,00 Euros para Dividendos:

Reservas Livres - EUR 107.030,38

Dividendos - EUR 3.892.969,62

EUR 4.000.000,00

3. Aprovado por unanimidade, sem abstenções, um voto de louvor ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal.

4. Aprovada por unanimidade, sem abstenções, a eleição dos seguintes Órgãos Sociais para o exercício de 2004:

Mesa da Assembleia Geral

Carlos Fernando de Carvalho Barbosa da Cruz

Luís Miguel Rosa Alberto

Maria de Fátima Pinto Ribeiro Lamy

Presidente

1º Secretário

2ª Secretária



Conselho de Administração

Victor Manuel Carmona e Costa	Presidente
José Amaro Martins Carmona e Costa	Vogal
Francisco Gerardo Knopfli Batoréu	Vogal
João Alberto de Lima Martins Pereira	Vogal
Javier Aisa Comps	Vogal

Conselho Fiscal

Luís Fernando Cardoso Nandin de Carvalho	Presidente
Manuel Batista Neves	Vogal
António Grenha, Bryant Jorge & Moura Tavares, SROC representada por António Maria da Rocha Grenha Gomes Marques e Carlos Alexandre, SROC representada por Vicente Pereira Gomes Marques	Vogal
Eduardo Barradas da Câmara e Sousa	Suplente Suplente

Comissão de Vencimentos

Victor Manuel Carmona e Costa
Álvaro Carmona e Costa Portela
Francisco Maria Félix da Costa Seabra

5. Aprovada por unanimidade, sem abstenções, a proposta relativa à prestação de caução de dois mil quatrocentos e noventa e cinco Euros por cada um dos Administradores, substituível por seguro caução.

6. Aprovada por unanimidade, sem abstenções, a proposta para autorizar o Conselho de Administração a proceder à aquisição e alienação de acções próprias representativas do capital social até ao limite de dez por cento.

7. Aprovada a proposta por unanimidade, sem abstenções, para autorizar o Conselho de Administração a proceder à aquisição e alienação de bens imobiliários de interesse para a Empresa.

8. Aprovada por unanimidade, sem abstenções, a proposta do Conselho de Administração sobre a alteração do nº 1 do Artigo 6º dos Estatutos da Sociedade.

S. João da Talha, 2 de Março de 2004

**O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
(Victor Manuel Carmona e Costa)**